

TRAGÉDIA NO SUL

Sem a proteção da lei, desmate ameaça Cerrado

Projetos que equiparam o bioma à Floresta Amazônica e ao Pantanal se arrastam no Congresso há duas décadas. A Caatinga também foi esquecida pelos constituintes

» RENATO SOUZA

Carlos Vieira/CB



Com legislação frouxa de proteção das áreas nativas, o Cerrado é um dos biomas mais ameaçados do país

Degradação

Cerrado é a maior savana do mundo, mas desmatamento aumenta a cada ano e ameaça uma das mais ricas biodiversidades do planeta

Em março, o Supremo Tribunal Federal (STF) determinou ao governo que apresentasse um plano de ação para proteger a Amazônia do desmatamento ilegal, do garimpo criminoso e da destruição da fauna e da flora. A decisão foi dada no âmbito de uma ação de descumprimento de preceito fundamental (ADPF) apresentada pelo PSB e pela Rede Sustentabilidade. Os partidos se valearam de um artigo da Constituição que define a Amazônia, o Pantanal, a Mata Atlântica e outros biomas como patrimônio nacional. Por outro lado, o Cerrado — a maior savana do mundo — não tem a mesma proteção prevista pela *Carta Magna*.

Há quase duas décadas, tramitam no Congresso duas propostas de emenda à Constituição (PEC), que incluem o Cerrado e a Caatinga na lista de patrimônios nacionais que devem ser protegidos. Depois de quatro anos de desmonte da política ambiental, durante o governo do presidente Jair Bolsonaro (PL), que retirou recursos, pessoal e estrutura do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (Ibama), da Fundação Nacional do Índio (Funai) e outros órgãos que atuam na área, a pauta ambiental ganhou mais destaque no atual governo.

Porém, enquanto em janeiro o desmatamento na Amazônia recuou 60% — o décimo mês consecutivo de queda —, de acordo com o Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), no Cerrado a devastação continua avançando e ameaçando um bioma que cobre 25% do território brasileiro. Segundo o Ministério do Meio Ambiente, a devastação no bioma cresceu 3% entre agosto de 2022 e julho de 2023, o que representa uma perda de 11 mil km² de vegetação no período. Mas houve desaceleração, tendo em vista que, no período imediatamente anterior, o aumento foi de 25%. O desmatamento, os incêndios florestais e a contaminação do solo e de mananciais criam um ambiente inóspito para os animais, colocam espécies no caminho da extinção e têm potencial de provocar danos irreversíveis ao meio ambiente.

O Inciso 4º do artigo 125 da Constituição define quais são os biomas considerados patrimônio nacional. Na elaboração do texto constitucional de 1988, o Cerrado e a Caatinga foram deixados de lado e não tiveram suas áreas adicionadas ao texto. “A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive, quanto ao uso dos recursos naturais”, define o artigo.

Lentidão

A proposta mais avançada que prevê inclusão do Cerrado e da Caatinga na Constituição foi apresentada em 2010 pelo então senador Demóstenes Torres (DEM-GO). No texto, ele argumentou que, em relação às áreas protegidas, o legislador buscava “ênfasis a importância desses biomas e assegurar tratamento diferenciado no tocante a sua utilização, coibindo práticas predatórias na exploração dos recursos naturais”. O texto passou pelo Senado e foi encaminhado à Câmara, onde está engavetado.

Uma proposta semelhante foi apresentada na Câmara e aguada votação desde 2006. A PEC 115/95 não foi votada por falta de acordo, mas foi aprovada em uma comissão especial. Leonardo Rossato, doutor em ciência do

Fonte: Embrapa, Imazon, Associação Caatinga



As políticas de redução do desmatamento são mais eficientes quando existe um arcabouço legal, como na Amazônia. No caso do Cerrado, isso afeta programas de fiscalização e de combate ao desmatamento, e as questões fundiárias. O Cerrado e a Caatinga são as áreas mais degradadas do país

Leonardo Rossato, doutor em ciência do Sistema Terrestre

Sistema Terrestre pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), destaca que a ausência de proteção do Cerrado pela Constituição se explica pelo desconhecimento ambiental na época.

“Na época da Constituição não existia essa noção da importância do Cerrado para a

manutenção, inclusive, dos demais biomas. O Cerrado é o principal bioma em termos de nascentes, de biomassa e de árvores mais antigas. Existem raízes de 500 anos, muito profundas no solo. É um bioma de difícil restauração quando é deteriorado. Não é um bioma de

crescimento rápido”, destaca.

Com a tragédia no Rio Grande do Sul, onde inundações destruíram cidades inteiras, o país passou a debater a proteção ao meio ambiente e os efeitos colaterais de uma agenda global que não preserva a natureza de maneira eficiente. Rossato ressalta que a falta de proteção legal gera entraves importantes que permitem o avanço da destruição da região, que tem papel fundamental para combater as mudanças climáticas. “As políticas de redução do desmatamento são mais eficientes quando existe um arcabouço legal, como na Amazônia. No caso do Cerrado isso afeta os programas de fiscalização, de desmatamento, as questões fundiárias. Fica mais fácil obter uma terra quando ela não está em área de proteção. O Cerrado e a Caatinga são as áreas mais degradadas do país. Na Caatinga existe, inclusive, uma desertificação”, completa.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br



Um novo desafio para Nísia e o SUS

O sanitarista e cirurgião Luiz Antônio Santini, pesquisador da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e ex-diretor do Instituto Nacional do Câncer, lançou em Brasília, no dia 8 de maio, um pequeno grande livro: *SUS, uma biografia, lutas e conquistas da sociedade brasileira* (Record). Entre outras coisas, conta os bastidores da criação do Sistema Único de Saúde (SUS), pela Constituinte de 1987.

Desde 1977, a saúde pública no Brasil estava a cargo do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (Inamps). Para o grande público, era um órgão totalmente desmoralizado pelas inúmeras denúncias de corrupção e absurda ineficiência na administração direta de hospitais e contratação dos serviços privados aos segurados da Previdência. Prestava péssimo serviço a 20 milhões de brasileiros apenas, de um total de 135 milhões. Só atendia quem tinha vínculo empregatício e dependentes.

O SUS só nasceu porque houve uma conjunção favorável de fatores — científicos, históricos, educacionais e políticos — que brotaram nas décadas de 1960 e 1970. Nas principais escolas de medicina, renasceu das cinzas a tradição sanitarista que começara no século 19, com a chamada Escola Tropicalista Baiana, e ganharia impulso com Oswaldo Cruz, Carlos Chagas, Adolfo Lutz, Vital Brasil e Emilio Ribas, responsáveis pelo controle das epidemias que assolavam as cidades e portos do país na República Velha.

A criação do Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (Cebes), em 1976, com o apoio do Sindicato dos Médicos do Rio de Janeiro (SinMed/RJ), e o lançamento da revista *Saúde em Debate*, sob a liderança de Sérgio Arouca, Hésio Cordeiro e Davi Capistrano Filho, nos conta Santini, proporcionaram debates que moldariam a criação do SUS, tendo como colaboradores Carlos Gentile de Mello, Sonia Fleury, Osmar Terra, Reinaldo Guimarães e José Luís Fiori. Naquele momento de ampla mobilização da sociedade, ganharia centralidade “a questão democrática” na saúde pública.

Como Sérgio Arouca, Hésio Cordeiro e Luiz Santini, muitos sanitaristas eram filiados ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido de oposição aos militares, que assumiu a agenda sanitária. Após a vitória da chapa de Tancredo Neves e José Sarney nas eleições indiretas para a Presidência da República, em 1985, Saúde e Previdência Social ficaram com o PMDB, sob comando do ministro Waldir Pires. Hésio foi nomeado presidente do Inamps; Santini foi para a Superintendência do Rio; e Arouca, notório comunista, assumiu a presidência da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).

Na Constituinte, formou-se uma aliança dos sanitaristas com o Centrão — bem diferente do atual —, liderado pelo médico e deputado federal pela Bahia Carlos Sant’anna; o MDB, do presidente da Assembleia, Ulysses Guimarães; o PSDB e demais partidos de esquerda: PDT, PT, PSB, PCB e Pcdob. Essa frente ampla foi decisiva para aprovação do SUS. O maior inimigo do projeto, sempre ele, foi o deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ).

O colapso no Sul

Santini destaca que, apesar dos crônicos problemas de financiamento, o SUS incorporou dezenove vacinas para 21 doenças (88% da população); tem o maior programa de controle de tabagismo do mundo, com impacto na redução da mortalidade por doenças cardiovasculares e câncer; é referência no mundo para HIV e aids; financia a pesquisa em todas as áreas, incluindo tecnologia de ponta; é referência no mundo para transplante de órgãos; tem centenas de hospitais para tratamento de câncer espalhados pelo país; criou o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (Sasi), o programa Farmácia Popular e — joia da coroa — o programa Saúde da Família, espalhado pelos 26 estados e o Distrito Federal, que atende a mais de 100 milhões de pessoas em 4 mil municípios.

Entretanto, somente quando a pandemia do novo coronavírus começou a assombrar o mundo, em 2020, graças ao federalismo e ao regime tripartite de Poderes, o Brasil se deu conta, realmente, da verdadeira importância e dimensão do SUS, numa guerra em três frentes de batalha: a assistência hospitalar (emergência), a vacinação (prevenção) e o negacionismo (o governo Bolsonaro). Agora, está diante de outro desafio, que não tem a mesma escala, mas é de inédita complexidade: o colapso do sistema de saúde pública gaúcho, cuja verdadeira dimensão emergirá quando as águas baixarem no Sul.

Os sanitaristas preveem, de imediato, uma onda de diarreias infecciosas, doenças de pele, traumas, pneumonias, infecções virais e picadas e mordeduras de animais. Na próxima semana, aumentará o risco de leptospirose, tifo, cólera, hepatite, pneumonias e sinusites bacterianas, sarna, piolho. Finalmente, na quarta semana, é esperada a terceira onda, com dengue, febre-amarela, intoxicações, desnutrição e doenças psiquiátricas. Haja SUS!

Nísia Trindade, ministra da Saúde, está desafiada a enfrentar esses problemas no Rio Grande do Sul, para o qual já liberou R\$ 66,5 milhões a hospitais, à Vigilância Sanitária, a leitos emergenciais e outras ações de saúde. Mas terá que lidar ainda com o represamento de exames preventivos de câncer de mama e de colo do útero, de cirurgias e transplantes renais no SUS; e a crise de financiamento dos planos de saúde, que tende a impactar ainda mais a rede de assistência médico-hospitalar em todo o país. Talvez seja o momento de uma reforma no SUS.

O MINISTÉRIO DA SAÚDE ESTÁ DIANTE DE OUTRO DESAFIO, QUE NÃO TEM A MESMA ESCALA DA PANDEMIA, MAS É DE INÉDITA COMPLEXIDADE: O COLAPSO DO SISTEMA DE SAÚDE GAÚCHO